



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA
E ADUANEIRA

DECLARAÇÃO
DE
RENDIMENTOS

01	PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO	
1	2	
De 2019/01/01 a 2019/12/31		2019
02	ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTAB. ESTÁVEL	
SERVIÇO DE FINANÇAS		1
Golegã		CÓDIGO
		2046



IRC

MODELO 22

03	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO		
1	DESIGNAÇÃO	2	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)
RumoSilvestre, Lda		2542089416	
3	TIPO DE SUJEITO PASSIVO		
Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola <input checked="" type="checkbox"/> 1			
Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola <input type="checkbox"/> 2			
Não residente com estabelecimento estável <input type="checkbox"/> 3			
Não residente sem estabelecimento estável <input type="checkbox"/> 4			
3-A	QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA NOS TERMOS DO ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 372/2007, DE 6 DE NOVEMBRO		
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro			
Micro empresa <input checked="" type="checkbox"/> 3 Pequena empresa <input type="checkbox"/> 4 Média empresa <input type="checkbox"/> 1 Não PME <input type="checkbox"/> 2			
3-B	ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO		
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF <input type="checkbox"/> 1			
3-C	IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS (Art.º 5.º, n.º 9)		
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º? Sim <input type="checkbox"/> 1			
4	REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS		
Geral <input checked="" type="checkbox"/> 1 Isenção definitiva <input type="checkbox"/> 3 Isenção temporária <input type="checkbox"/> 4 Redução de taxa <input type="checkbox"/> 5 Simplificado <input type="checkbox"/> 6 Transparência fiscal <input type="checkbox"/> 7 Artigo 36.º-A do EBF <input type="checkbox"/> 12			
Grupos de sociedades <input type="checkbox"/> 8 NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4) <input type="checkbox"/> 9 Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril) <input type="checkbox"/> 10 Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7? <input type="checkbox"/> 11			
4-A	TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)		
Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino			
<input type="checkbox"/> 1 Países da UE/EEE <input type="checkbox"/> 2 Outros			

04	CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO		
1	TIPO DE DECLARAÇÃO		
<input checked="" type="checkbox"/> 1 1.ª Declaração do período			
<input type="checkbox"/> 2 Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)			
<input type="checkbox"/> 3 Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)			
<input type="checkbox"/> 4 Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)			
<input type="checkbox"/> 5 Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal			
<input type="checkbox"/> 6 Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)			
Data <input type="text"/> Ano <input type="text"/> Mês <input type="text"/> Dia <input type="text"/>			
2	DECLARAÇÕES ESPECIAIS	3	ANEXOS
Declaração com período especial de tributação		<input type="checkbox"/> 1 Anexo A (Derrama Municipal)	
Declaração do grupo <input type="checkbox"/> 1		<input type="checkbox"/> 2 Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)	
Declaração do período de liquidação <input type="checkbox"/> 2		<input type="checkbox"/> 3 Anexo C (Regiões Autónomas)	
Declaração do período de cessação <input type="checkbox"/> 3		<input checked="" type="checkbox"/> 4 Anexo D (benefícios fiscais)	
Antes da alteração <input type="checkbox"/> 4		<input type="checkbox"/> 5 Anexo E (regime simplificado)	
Após a alteração <input type="checkbox"/> 5		<input type="checkbox"/> 6 Anexo F (OIC)	
Antes da dissolução <input type="checkbox"/> 9			
Após a dissolução <input type="checkbox"/> 10			
Data da cessação <input type="text"/> Ano <input type="text"/> Mês <input type="text"/> Dia <input type="text"/>			
Declaração do período do início de atividade <input type="checkbox"/> 7			
Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável) <input type="checkbox"/> 8			
Data da dissolução <input type="checkbox"/> 11			

05	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL E DO CONTABILISTA CERTIFICADO	
NIF do representante legal <input type="text"/> 1249910136		Ano <input type="text"/> Mês <input type="text"/> Dia <input type="text"/>
NIF do contabilista certificado <input type="text"/> 2102202555		Data da receção <input type="text"/> 320190630

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL		
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	44 108,54
	Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis (art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d))	702	0,00
	Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	0,00
	Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	0,00
	Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	0,00
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	0,00
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	0,00
	SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	44 108,54
A ACRESCEER	Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	0,00
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	0,00
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	0,00
	Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	0,00
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	0,00
	Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	0,00
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	0,00
	Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	0,00
	Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	0,00
	Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	0,00
	IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	10 471,91
	Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	0,00
	Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. b)]	716	0,00
	Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º-A, n.º 1, al. c)]	731	0,00
	Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	0,00
	Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. d)]	783	0,00
	Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	60,00
	Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente autorizado a suportar [art.º 23.º -A, n.º 1, al. f)]	727	0,00
	Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	0,00
	Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	0,00
	Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	0,00
	Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	0,00
	Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	0,00
	Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º-A, n.º 1, al. m)]	734	0,00
	Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	0,00
	Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	0,00
	Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º-A, n.º 1, al. q)]	785	0,00
	Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	0,00
	50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes de capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	0,00
	Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	0,00
	Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	0,00
	Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31.º -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos	719	0,00
	40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	0,00
	Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	0,00
	Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	0,00
	Menos-valias contabilísticas	736	0,00
	Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	0,00
	Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	0,00
	50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	0,00
	Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	0,00

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.)		
A ACRESCER (cont.)	Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	0, 00
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	0, 00
	Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	0, 00
	Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	0, 00
	Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3 al. a)]	745	0, 00
	Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	0, 00
	Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	0, 00
	Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	0, 00
	Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	0, 00
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	0, 00
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	789	0, 00
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	790	0, 00
	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	0, 00
	Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	779	0, 00
	Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	0, 00
	Outros acréscimos	752	0, 00
	SOMA (campos 708 a 752)	753	54 640, 45
A DEDUZIR	Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	0, 00
	Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	0, 00
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	756	0, 00
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: réditos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	0, 00
	Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	0, 00
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	0, 00
	Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	0, 00
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	0, 00
	Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	0, 00
	Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º-A, n.º 3)	762	0, 00
	Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	0, 00
	Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	781	0, 00
	Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	0, 00
	Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	0, 00
	Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	0, 00
	Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	0, 00
	Mais-valias contabilísticas	767	0, 00
	50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5.º, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	0, 00
	Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	0, 00
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	0, 00
	50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	0, 00
	Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.ºs 51.º e 51.º -D)	771	0, 00
	Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794	0, 00
	Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	0, 00
	Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795	0, 00
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas das partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	0, 00
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	796	0, 00
	Benefícios fiscais	774	6 040, 00
	Outras deduções	775	0, 00
	Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	798	0, 00
	SOMA (campos 754 a 775 + 798)	776	6 040, 00
	PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777	0, 00
	LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 ≥ 776) (a transportar para o quadro 09)	778	48 600, 45

08 REGIMES DE TAXA									
08.1 REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA						ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO		
Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)						242	20%		
Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)						245	12,5% / 21%		
Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16/12)						248	20%		
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)						260	3 %		
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º e 36.º-A do EBF)						265	5 %		
						247			
08.2 REGIME GERAL						ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO		
Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)						246	13,6% / 16,8%		
Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)						249	17% / 21%		
Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						262	25%		
Mais-valias imobiliárias / incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						263	25%		
Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						266	25%		
Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)						267	10%		
Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável						264			
09 APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL									
(transporte do Q. 07)	Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção	Cód.	Regime simplificado (em vigor até 2010)	
1. PREJUÍZO FISCAL	301	0,00	312	0,00	323	0,00			
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302	48 600,45	313	0,00	324	0,00	400	0,00	
<p align="center">Regime especial dos grupos de sociedades</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%;"> <p><i>Soma algébrica dos resultados fiscais</i></p> <p>380 0,00</p> </div> <div style="width: 30%;"> <p><i>Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)</i></p> <p>381 0,00</p> <p><i>Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período</i></p> <p>376 0,00</p> <p><i>Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime</i></p> <p>396 0,00</p> <p><i>Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)</i></p> <p>398 0,00</p> </div> <div style="width: 30%;"> <p><i>Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)</i></p> <p>395 0,00</p> <p><i>Resultado fiscal do grupo</i></p> <p>382 0,00</p> <p>NIF <input type="text"/></p> <p>NIF <input type="text"/></p> </div> </div>									
Prejuízos fiscais dedutíveis	303	0,00	314	0,00	325	0,00	401	0,00	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383	0,00	386	0,00	389	0,00	392	0,00	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	384	0,00	387	0,00	390	0,00	393	0,00	
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385	0,00	388	0,00	391	0,00	394	0,00	
3. DEDUÇÕES: Prejuízos fiscais deduzidos	309	0,00	320	0,00	331	0,00	407	0,00	
Benefícios fiscais	310	0,00	321	0,00	332	0,00	408	0,00	
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2 - 3)	311	48 600,45	322	0,00	333	0,00	409	0,00	
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336	0,00							
COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)	399	0,00							
Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:									
Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)	397	0,00							
Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	397-A	0,00							
Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	397-B	0,00							
MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E						346	48 600,45		

08 REGIMES DE TAXA			
08.1	REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16/12)	248	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260	3 %
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º e 36.º-A do EBF)	265	5 %
		247	
08.2	REGIME GERAL	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)	249	17% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262	25%
	Mais-valias imobiliárias / incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)	267	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264	

09 APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL								
(transporte do Q. 07)	Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção	Cód.	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL	301		312		323			
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302		313		324		400	

Regime especial dos grupos de sociedades			
Soma algébrica dos resultados fiscais	Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)	Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)	
380	381	395	
	Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período	Resultado fiscal do grupo	
	376	382	
Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime	396	NIF	
Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)	398	NIF	

Prejuízos fiscais dedutíveis	303	314	325	401
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383	386	389	392
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	384	387	390	393
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385	388	391	394
3. DEDUÇÕES: Prejuízos fiscais deduzidos	309	320	331	407
Benefícios fiscais	310	321	332	408
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2 - 3)	311	322	333	409
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336			
COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)	399			
Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:				
Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)	397			
Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	397-A	NIF		
Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	397-B	NIF		
MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E				346

10 CÁLCULO DO IMPOSTO			
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 17%	347-A	2 550,00	
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%	347-B	7 056,09	
Imposto a outras taxas	348	%	349 0,00
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350		0,00
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370		0,00
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)			351 9 606,09
Derrama estadual (art.º 87.º-A)	373		
COLETA TOTAL (351 + 373)			378 9 606,09
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)	353	0,00	
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º-A)	375	0,00	
Benefícios fiscais	355	0,00	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)	470	0,00	
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356	0,00	
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) ≤ 378			357 0,00
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) ≥ 0			358 9 606,09
Resultado da liquidação (art.º 92.º)			371 0,00
Retenções na fonte	359	0,00	
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)	360	0,00	
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º-A)	374	0,00	
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0			361 9 606,09
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0			362 0,00
IRC de períodos anteriores	363	0,00	
Reposição de benefícios fiscais	372	0,00	
Derrama municipal	364	729,01	
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378	379	0,00	
Tributações autónomas	365	136,81	
Juros compensatórios	366	0,00	
Juros de mora	369	0,00	
TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0			367 10 471,91
TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0			368 0,00
10-A JUROS COMPENSATÓRIOS			
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:			
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366-A	0,00	Juros compensatórios declarados por outros motivos 366-B 0,00
10-B TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 84.º-A, n.º 11)			
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)			
1 <input type="checkbox"/> imediato [al.º a)]	2 <input type="checkbox"/> diferido [al.º b)]	3 <input type="checkbox"/> fracionado [al.º c)]	
	IRC + Derrama estadual	Derrama municipal	
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A 0,00	377-B 0,00	
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)			377 0,00
TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0			430 0,00
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0			431 0,00
11 OUTRAS INFORMAÇÕES			
Total de rendimentos do período	410 167 767,00	Volume de negócios do período	411 167 700,00
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º			416 0,00
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)			418
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]			423 Sim ? <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?			429 Sim <input type="checkbox"/>
11-A ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto			
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod.22:		Informação adicional:	
AID de perdas por imparidade em créditos	460 0,00	Capital próprio	463 0,00
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	461 0,00	Crédito Tributário	464 0,00
Outros AID	462 0,00	Data da entrada em liquidação	465
12 RETENÇÕES NA FONTE			
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	1	RETENÇÃO NA FONTE	2 0,00

10		CÁLCULO DO IMPOSTO	
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 17%	347-A		
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%	347-B		
Imposto a outras taxas	348	349	
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350		
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370		
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)			351
Derrama estadual (art.º 87.º-A)	373		
COLETA TOTAL (351 + 373)			378
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)	353		
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º-A)	375		
Benefícios fiscais	355		
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)	470		
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356		
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) ≤ 378			357
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) ≥ 0			358
Resultado da liquidação (art.º 92.º)			371
Retenções na fonte	359		
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)	360		
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º-A)	374		
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0			361
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0			362
IRC de períodos anteriores	363		
Reposição de benefícios fiscais	372		
Derrama municipal	364		
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378	379		
Tributações autónomas	365		
Juros compensatórios	366		
Juros de mora	369		
TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0			367
TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0			368
10-A JUROS COMPENSATÓRIOS			
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:			
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366-A	Juros compensatórios declarados por outros motivos	366-B
10-B TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 84.º-A, n.º 11)			
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)			
<input checked="" type="checkbox"/> 1 imediato [al. a)]	<input type="checkbox"/> 2 diferido [al. b)]	<input type="checkbox"/> 3 fracionado [al. c)]	
	IRC + Derrama estadual	Derrama municipal	
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A	377-B	
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)			377
TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0			430
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0			431
11 OUTRAS INFORMAÇÕES			
Total de rendimentos do período	410	Volume de negócios do período	411
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º			416
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)			418
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]			423
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?			429
11-A ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto			
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod.22:		Informação adicional:	
AID de perdas por imparidade em créditos	460	Capital próprio	463
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	461	Crédito Tributário	464
Outros AID	462	Data da entrada em liquidação	465
12 RETENÇÕES NA FONTE			
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	1	RETENÇÃO NA FONTE	2

13	TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS		
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	414		0, 00
Encargos dedutíveis com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415		189, 36
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417		0, 00
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88.º, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	420		0, 00
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º 4) (regime em vigor até 31/12/2013)	421		0, 00
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422		0, 00
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424		0, 00
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º - A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	425		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	426		1 159, 59
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	427		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	428		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	432		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	433		113, 83
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	434		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	435		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	436		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	437		0, 00
Despesas não documentadas [art.º 88.º, n.º 1) (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	438		0, 00
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8) (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	439		0, 00

13-A	TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS - ZONA FRANCA DA MADEIRA (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)		
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	440		0, 00
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	441		0, 00
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	442		0, 00
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	443		0, 00
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	444		0, 00
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º - A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	445		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453		0, 00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454		0, 00

14	CRÉDITO DE IMPOSTO POR DUPLA TRIBUTAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL (CIDTJI)						
1	2	3	Apuramento no período			7	8
Código do País	Tipo de rendimentos	Saldo não deduzido	4	5	6	Dedução efetuada no período	Saldo que transita
			Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. a)]	Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	Crédito de imposto do período		
		0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00	0, 00
TOTAL do CIDTJI com CDT		0, 00			0, 00	0, 00	0, 00
TOTAL do CIDTJI sem CDT		0, 00			0, 00	0, 00	0, 00
TOTAL do CIDTJI		0, 00			0, 00	0, 00	0, 00

No exercício em questão, a entidade apresenta:

Lucro tributável



101

Prejuízo fiscal



102

Despesas e encargos		Valor Base	% Lucro / Prejuízo	Tributação
Despesas de representação - CIRC art. 88º, n.º 7	Q13-414	0,00	10 / 20	0,00
Encargos dedutíveis com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador - CIRC art. 88º, n.º 9	Q13-415	189,36	5 / 15	9,47
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial - CIRC art.º 88, n.º 11	Q13-417		23 / 33	0,00
Encargos com viaturas (antiga redação do art. 88º, n.º 3 do CIRC) - regime em vigor até 31/12/2013	Q13-420		10 / 20	0,00
Encargos com viaturas (antiga redação do art. 88º, n.º 4 do CIRC) - regime em vigor até 31/12/2013	Q13-421		20 / 30	0,00
Indemnizações por cessação de função de gestor, administrador ou gerente - CIRC art.º 88.º, n.º 13, al. a)	Q13-422		35 / 45	0,00
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes - CIRC art.º 88.º, n.º 13, al. b)	Q13-424		35 / 45	0,00
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1, do art.º 23.º-A, suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal - CIRC art.º 88.º, n.º 9	Q13-425	0,00	5	0,00
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias				
Viaturas com custo de aquisição < 25.000€ - CIRC art. 88º, n.º 3, al. a):				
Depreciações	103	1 076,26		
Rendas e alugueres	104	0,00		
Seguros	105	83,33		
Manutenção e conservação	106	0,00		
Combustíveis	107	0,00		
Imposto único de circulação (IUC)	108	0,00		
Portagens e estacionamento	109	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	110	0,00		
Total (CIRC art. 88º n.º 3, al. a))	Q13-426	1 159,59	10 / 20	115,96
Viaturas com custo de aquisição >= 25.000€ e < 35.000€ - CIRC art. 88º, n.º 3, al. b):				
Depreciações	111	0,00		
Rendas e alugueres	112	0,00		
Seguros	113	0,00		
Manutenção e conservação	114	0,00		
Combustíveis	115	0,00		
Imposto único de circulação (IUC)	116	0,00		
Portagens e estacionamento	117	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	118	0,00		
Total (CIRC art. 88º n.º 3, al. b))	Q13-427	0,00	27,5/37,5	0,00
Viaturas com custo de aquisição >= 35.000€ - CIRC art. 88º, n.º 3, al. c):				
Depreciações	119	0,00		
Rendas e alugueres	120	0,00		
Seguros	121	0,00		
Manutenção e conservação	122	0,00		
Combustíveis	123	0,00		
Imposto único de circulação (IUC)	124	0,00		
Portagens e estacionamento	125	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	126	0,00		
Total (CIRC art. 88º n.º 3, al. c))	Q13-428	0,00	35 / 45	0,00
Despesas não documentadas - CIRC art. 88º, n.º 1	Q13-438	0,00	50 / 60	0,00
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado - CIRC art. 88º, n.º 1 e 8	Q13-439		35 / 45	0,00
TOTAL (A transportar)	M22-Q10-365			125,43

Despesas e encargos		Valor Base	% Lucro / Prejuízo	Tributação
Encargos com viat. ligeiras de passageiros híbridas Plug-in				
Viaturas com custo de aquisição < 25.000€ - CIRC art. 88º, nº3, al. a) e nº17:				
Depreciações	127	0,00		
Rendas e alugueres	128	0,00		
Seguros	129	0,00		
Manutenção e conservação	130	0,00		
Combustíveis	131	0,00		
Imposto único de circulação (IUC)	132	0,00		
Portagens e estacionamento	133	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	134	0,00		
Total (CIRC art. 88º, nº3, al. a) e nº17)	Q13-432	0,00	5 / 15	0,00
Viaturas com custo de aq. >= 25.000€ e < 35.000€ - CIRC art. 88º, nº3, al. b) e nº17:				
Depreciações	135	0,00		
Rendas e alugueres	136	0,00		
Seguros	137	0,00		
Manutenção e conservação	138	0,00		
Combustíveis	139	113,83		
Imposto único de circulação (IUC)	140	0,00		
Portagens e estacionamento	141	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	142	0,00		
Total (CIRC art. 88º, nº3, al. b) e nº17)	Q13-433	113,83	10 / 20	11,38
Viaturas com custo de aquisição >= 35.000€ - CIRC art. 88º, nº3, al. c) e nº17:				
Depreciações	143	0,00		
Rendas e alugueres	144	0,00		
Seguros	145	0,00		
Manutenção e conservação	146	0,00		
Combustíveis	147	0,00		
Imposto único de circulação (IUC)	148	0,00		
Portagens e estacionamento	149	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	150	0,00		
Total (CIRC art. 88º, nº3, al. c) e nº17)	Q13-434	0,00	17,5/27,5	0,00
Encargos com viat. ligeiras de passageiros movidas a GPL/GNV				
Viaturas com custo de aquisição < 25.000€ - CIRC art. 88º, nº3, al. a) e nº18:				
Depreciações	151	0,00		
Rendas e alugueres	152	0,00		
Seguros	153	0,00		
Manutenção e conservação	154	0,00		
Combustíveis	155	0,00		
Imposto único de circulação (IUC)	156	0,00		
Portagens e estacionamento	157	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	158	0,00		
Total (CIRC art. 88º, nº3, al. a) e nº18)	Q13-435	0,00	7,5/17,5	0,00
Viaturas com custo de aq. >= 25.000€ e < 35.000€ - CIRC art. 88º, nº3, al. b) e nº18:				
Depreciações	159	0,00		
Rendas e alugueres	160	0,00		
Seguros	161	0,00		
Manutenção e conservação	162	0,00		
Combustíveis	163	0,00		
Imposto único de circulação (IUC)	164	0,00		
Portagens e estacionamento	165	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	166	0,00		
Total (CIRC art. 88º, nº3, al. b) e nº18)	Q13-436	0,00	15 / 25	0,00
Viaturas com custo de aquisição >= 35.000€ - CIRC art. 88º, nº3, al. c) e nº18:				
Depreciações	167	0,00		
Rendas e alugueres	168	0,00		
Seguros	169	0,00		
Manutenção e conservação	170	0,00		
Combustíveis	171	0,00		
Imposto único de circulação (IUC)	172	0,00		
Portagens e estacionamento	173	0,00		
Juros (Leasing - Financeiro) e outros encargos	174	0,00		
Total (CIRC art. 88º, nº3, al. c) e nº18)	Q13-437	0,00	27,5/37,5	0,00
TOTAL DA TRIBUTAÇÃO AUTÔNOMA		M22-Q10-365		136,81

BENEFÍCIOS FISCAIS

01	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	02	PERÍODO
	1 5 4 2 0 8 9 4 1 6		1 2 0 1 9

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

03	RENDIMENTOS ISENTOS	
031	ISENÇÃO DEFINITIVA	RENDIMENTOS LÍQUIDOS
	Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)	301
	Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)	302
	Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)	303
	Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14.º, n.º 2 do CIRC)	313
	Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	314
	Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)	316
	Outras isenções definitivas	304
031-A	Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	
	Código do benefício	Montante
031-B	Campo 304 - Outras isenções definitivas	
	Código do benefício	Montante
032	ISENÇÃO TEMPORÁRIA	RENDIMENTOS LÍQUIDOS
	Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)	305
	Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)	306
	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)	307
	Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)	308
	Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)	309
	Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)	310
	Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]	311
	Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	315
	Outras isenções temporárias	312
032-A	Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	
	Código do benefício	Montante
032-B	Campo 312 - Outras isenções temporárias	
	Código do benefício	Montante
04	DEDUÇÕES AO RENDIMENTO (a deduzir no campo 774 do quadro 07 da declaração)	
	NORMATIVO LEGAL	DEDUÇÃO EFETUADA
	Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)	401
	Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]	402
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)	403
	Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º 1, al. c) e d) do EBF]	404
	Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)	405
	Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF	406
	Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)	407
	Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)	408
	Remuneração convencional do capital social - PME (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)	409
	Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)	412
	Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)	413
	Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)	414
	Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)	415
	Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)	416
	Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)	417
	Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)	418
	Majoração das despesas com certificação biológica de exploração (art.º 59.º-E do EBF)	419
	Outras deduções ao rendimento	410
	TOTAL DAS DEDUÇÕES (401 + + 410 + 412 + + 419)	411
		6 040,00

04-A		Campo 410 - Outras deduções ao rendimento			
		Código do benefício		Montante	
041		TRANSMISSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA SOCIEDADE FUNDIDA OU CINDIDA OU DA SOCIEDADE CONTRIBUIDORA (art.º 75.º-A do CIRC)			
		Código do benefício		NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora	
11		DEDUÇÕES À MATÉRIA COLETÁVEL (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)			
111		COLETIVIDADES DESPORTIVAS (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)			
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período	
1111		1112		1113	
				Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
				1114	
05		SOC. GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (SGPS), SOC. DE CAPITAL DE RISCO (SCR) E INVESTIDORES DE CAPITAL DE RISCO (ICR)			
Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)				501	
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)				502	
06		ENTIDADES LICENCIADAS NA ZONA FRANCA DA MADEIRA			
Data do licenciamento				601	
Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)		604		Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)	
Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade				602	
Número de postos de trabalho:		No início do período de tributação		No final do período de tributação	
		606		607	
Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade				603	
061		APURAMENTO DO LIMITE MÁXIMO APLICÁVEL AOS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO PERÍODO (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF)			
Benefício correspondente à diferença:					
• Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF)				608	
• Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				609	
• Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				610	
• Taxas de tributação autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF)				611	
Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF)				612	
Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				613	
TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)				614	
				0, 00	
Valor acrescentado bruto obtido no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF]				615	
Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF]				616	
Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF]				617	
Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)				618	
07		DEDUÇÕES À COLETA (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)			
071		BENEFÍCIOS FISCAIS CONTRATUAIS AO INVESTIMENTO (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	701	Saldo não deduzido no período anterior	702	Dotação do período	703
TOTAL		0, 00		0, 00	0, 00
072		PROJETOS DE INVESTIMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)			
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período	
705		706		707	708
					0, 00
073		SIFIDE - SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (Lei n.º 40/2005, de 3/8) E SIFIDE II (art.º 133.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	709	Saldo não deduzido no período anterior	710	Dotação do período	711
TOTAL		0, 00		0, 00	0, 00
074		REGIME FISCAL DE APOIO AO INVESTIMENTO (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26.º a 32.º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	713	Saldo não deduzido no período anterior	714	Dotação do período	715
TOTAL		0, 00		0, 00	0, 00
076		CRÉDITO FISCAL EXTRAORDINÁRIO AO INVESTIMENTO (Lei n.º 49/2013, de 16/07)			
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período	
722		723		724	725
					0, 00

079 IFPC - INCENTIVO FISCAL À PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA (Artigo 59.º-F do EBF e Portaria n.º 89.º-A/2017, de 19 de abril)								
790	791	792	793	794	795	796	797	798
N.º de identificação da obra	Data do início da obra	Data de conclusão da obra	Saldo não deduzido no período anterior	Valor do incentivo no período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	Valor a reembolsar	Valor a repôr (a transportar para o C.372 do Q.10 da M.22)
TOTAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[illegible]

[illegible]

09	INCENTIVOS FISCAIS SUJEITOS À REGRA DE MINIMIS									
TOTAL DOS INCENTIVOS DE ANOS ANTERIORES (DE NATUREZA FISCAL E NÃO FISCAL)										
N-2		901	0,00		N-1		902	0,00		
INCENTIVOS DO ANO										
Incentivos de natureza não fiscal								903	0,00	
Incentivos de natureza fiscal										
Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC						904-A	0,00			
Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 15.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRC)						904-B	600,00			
Redução da taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º e art.º 41.º-B do EBF)						904-C	0,00			
Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º 1, al. b) e n.º 5 do CFI, revogado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC						904-D	0,00			
TOTAL DOS INCENTIVOS DO ANO DE NATUREZA FISCAL (904-A + 904-B + 904-C + 904-D)								904	600,00	
TOTAL DOS INCENTIVOS DO TRIÊNIO (901+ 902 + 903 + 904)								905	600,00	
IRC A REGULARIZAR (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração)								906	0,00	
Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de <i>minimis</i>)						907	NIF			
10	INCENTIVOS FISCAIS À INTERIORIDADE LIGADOS AO INVESTIMENTO SUJEITOS ÀS TAXAS MÁXIMAS DE AUXÍLIOS REGIONAIS (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração									
		TANGÍVEL		INTANGÍVEL		TOTAL				
Investimentos elegíveis		1001	0,00		1002	0,00		1003	0,00	
AUXÍLIOS AO INVESTIMENTO										
Redução dos encargos com a segurança social X (1 - taxa do IRC)								1004	0,00	
Majoração das depreciações		1005	0,00		1006	0,0 %		1007	0,00	
Majorações dos encargos com a segurança social		1008	0,00		1009	0,0 %		1010	0,00	
Majorações do crédito fiscal ao investimento								1011	0,00	
Outros								1012	0,00	
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004+1007+1010+1011+1012)								1013	0,00	
Taxa de auxílio								1014	0,0 %	
Taxa máxima legal aplicável								1015	0,0 %	
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)								1016	0,00	
11-A	INFORMAÇÃO ADICIONAL RELATIVA AO REGIME APLICÁVEL ÀS ENTIDADES LICENCIADAS NA ZFM E AOS AUXÍLIOS DE ESTADO COM FINALIDADE REGIONAL									
Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF						3	NIF			

[illegible]

[illegible]

[illegible]